



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Formação profissional

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACERCA DA QUESTÃO RACIAL PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

ISABEL CRISTINA LOPES BARBOSA¹

Resumo: Discute-se a importância da incorporação do debate acerca da questão racial na formação do assistente social para uma prática profissional crítica. Utilizou-se uma análise bibliográfica sobre gênese e desenvolvimento do serviço social e questão racial no Brasil. Os indicadores sociais demonstram como, apesar do avanço que a Constituição Cidadã representou na garantia de direitos, persistem desigualdades raciais e práticas discriminatórias, o que demanda uma atuação profissional de combate ao racismo. Conclui-se que desde o VI CBAS há um tensionamento na categoria por reflexões sobre a questão racial, mas este debate ainda é minoritário. Uma intervenção profissional qualificada necessita desta incorporação.

Palavras-chave: Questão racial. Serviço social. Prática profissional. Formação profissional.

Resumen: Se discute la importancia de la incorporación del debate sobre la cuestión racial en la formación del asistente social para una práctica profesional crítica. Se utilizó un análisis bibliográfico sobre génesis y desarrollo del servicio social y cuestión racial en Brasil. Los indicadores sociales demuestran cómo, a pesar del avance que la Constitución Ciudadana representó en la garantía de derechos, persisten desigualdades raciales y prácticas discriminatorias, lo que demanda una actuación profesional de combate al racismo. Se concluye que desde el VI CBAS hay una tensión en la categoría por reflexiones sobre la cuestión racial, pero este debate sigue siendo minoritario. Una intervención profesional cualificada necesita esta incorporación.

Palabras clave: Cuestión racial. Servicio social. Práctica profesional. Formación profesional.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão socio-técnica do trabalho tem como objeto de atuação as expressões da questão social. Estas derivam da contradição fundamental da sociedade burguesa: a relação capital/trabalho. Enquanto especialização do trabalho coletivo, só pode ser entendida pelas relações sociais historicamente determinadas, que produzem necessidades sociais que dão significado a profissão (IAMAMOTO, 2011). Sendo assim, o assistente social tem na sua prática profissional um caráter contraditório, pois atua mediando os interesses das classes sociais antagônicas (GUERRA, 2004), respondendo tanto as necessidades dos

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <isabelclbarbosa@gmail.com>.

capitalistas de controle e reprodução da classe trabalhadora quanto as requisições desta última por melhores condições de vida e ampliação de direitos sociais.

Esta profissão nasce com um caráter conservador, respondendo as demandas das classes dominantes pelo controle e reprodução da classe trabalhadora. Surge no Brasil no início do século XX vinculada inicialmente a doutrina da Igreja Católica, tendo esta o objetivo de ampliar sua influência moral na sociedade capitalista através de práticas de caridade. Há uma aliança entre os interesses da Igreja, do Estado e do empresariado na intervenção sobre a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2011).

Após um longo processo histórico de rompimentos e continuidades, que muitas vezes representavam renovações de práticas conservadoras, esta profissão no final da década de 1970 modifica a direção social de sua prática, buscando quebrar a tradição conservadora e construir um projeto ético e político que corresponda aos interesses e valores dos que são alvo de sua atuação: a classe trabalhadora. Para isso, este profissional precisa se posicionar politicamente dentro das instituições em que esta inserido e ser capaz de desvelar a realidade em sua totalidade, através de um arcabouço teórico crítico.

Embora a contradição fundamental do modo de produção capitalista seja a mesma em escala global, as diferentes formações sociais estruturam as relações sociais de produção e reprodução deste sistema, atuando muitas vezes como agravantes das contradições inerentes a sociabilidade burguesa. E uma das questões estruturais que sustentam o capitalismo de países pós-coloniais como o Brasil é a questão racial. Moura (1994) traz uma importante reflexão neste sentido quando mostra como o racismo estrutura não apenas os mecanismos de dominação no período colonial, mas tornou-se fundamental para a dominação de classe no capitalismo periférico brasileiro.

E o racismo como uma ideologia de dominação ganha na década de 1930 com a obra de Gilberto Freyre (1933) uma saída mistificadora para as tensões raciais que irrompiam na sociedade. A obra *Casa Grande e Senzala* sistematiza a tese da democracia racial, sustentada no caráter multicultural da formação social brasileira, na qual a dominação portuguesa sobre a população indígena nativa e sobre os povos africanos foi mais amena – sempre em comparação com a dominação racial dos Estados Unidos da América e da África do Sul. Ao defender a harmonia racial no país, ideologia fortemente capilarizada pela sociedade, Freyre estrutura uma renovação do racismo à brasileira.

O mito da democracia racial se ainda faz presente nos mais variados setores da sociedade civil, seja nas escolas, nos meios de comunicação e até em discursos acadêmicos brasileiros, mesmo que já tenham sido desvelado nos trabalhos de autores

como Clovis Moura (1994), Abdias Nascimento (1978) e, enfim, diferentes intelectuais que se dedicaram a analisar o racismo à brasileira. E se pensarmos na luta das organizações negras antes e depois da Abolição, esta denúncia da questão racial no país é anterior e constante na história nacional. Baseada nas garantias de igualdade constitucionais, nos casamentos interraciais e na forma “sutil” e cotidiana que a discriminação racial se faz presente no Brasil, nega-se com o mito da democracia racial a realidade e o paralelo que existe entre a estrutura racial e a estrutura social nessa sociedade.

Essa ideologia dificulta o combate ao racismo não somente por ocultar as razões das discriminações raciais que por conta disto aparecem como discriminações sociais ou culturais, mas por, aliado a isto, implicar dois movimentos complementares: atribuir a incapacidade do negro sua condição socioeconômica, já que todos possuem as mesmas condições democráticas de ascender socialmente; E insentar o branco – e o Estado – de qualquer responsabilidade pela condição do negro e do caráter de extrema exploração sobre esta população em toda a história de formação do Brasil.

A invisibilização da questão racial e/ou a sua negação foi uma estratégia histórica das classes dominantes brasileiras, tendo inclusive como uma das primeiras ações após a Abolição a queima dos arquivos referentes ao regime escravista, seguido de uma construção de historiografia que colocou o negro como sujeito passivo (HASENBALG; GONZALEZ, 1982). Uma profissão que em determinado momento assumiu o compromisso ético-político de direcionar sua atuação a classe trabalhadora precisa transpassar esse mecanismo ideológico histórico para dar conta da realidade em que irá intervir. Pois, segundo Ferreira (2010) quando não nos atentamos para as particularidades da realidade, podemos nas generalizações ocultar elementos fundamentais para compreendê-la.

Pesquisas revelam que são os negros a maioria dos usuários que utilizam-se das políticas sociais públicas, como a assistência social, a saúde e a educação (PAIXÃO et. al., 2011) - políticas públicas fundamentadas na Constituição de 1988 que estrutura a Seguridade Social como uma rede na busca de atender o usuário de maneira integral e articulada. Para isto, é necessário levar em consideração os rebatimentos da questão racial na situação da vida desta população, que no Brasil é majoritariamente negra (IBGE, 2011). Secularizar a questão racial tem como consequência a intensificação da questão social do negro (AMARO, 2005).

Apesar disto, baixa é a produção sobre a temática étnico-racial na categoria profissional dos assistentes sociais (ROCHA, 2011; MARQUES JUNIOR, 2013). Se tratando de produções teóricas sobre a temática, “mais raras ainda são as produções

que, em vez de abordarem a temática étnica pela via cultural, a inserem no debate da profissão” (FERREIRA, 2010, p. 11).

O assistente social atua sobre as diferentes expressões da questão social a fim de viabilizar os direitos do usuário e a população negra é a esfera da sociedade cujos direitos sociais e até mesmo civis e políticos são constantemente cerceados. Para dar conta das particularidades da questão social principalmente no Brasil, é necessário desvendar as desigualdades sociais em suas relações de gênero, características étnico-raciais, geração e formações regionais, e aliado a isto é extremamente importante legitimar as diversas resistências desses sujeitos sociais, respeitando-os como sujeitos históricos portadores de conhecimento e escolhas (IAMAMOTO, 2001). A condição da população negra não resulta apenas de sua história, mas um determinante é o racismo² como mecanismo de produção e reprodução das desigualdades raciais. Por conta disto,

Nesse contexto de desigualdade, o profissional de Serviço Social, cujo Código de Ética (CFESS, 1993) lhe atribui a defesa da justiça social e equidade, deve intervir sobre esta realidade através de suas competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas. Portanto, conhecer a questão étnico-racial e suas expressões se faz necessário para possuir uma perspectiva crítica das relações sociais em toda sua multiplicidade.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL

Historicamente a igualdade jurídica convive com as desigualdades raciais presentes na realidade concreta e que são elas mesmas mistificadas por esta igualdade jurídica e pelas ideologias que buscam mascarar os conflitos raciais, como no caso do mito da democracia racial. A análise destas relações sociais permeadas de ilusões que as sustentam nos permitem compreender as práticas sociais que nela se desenvolvem. E dentre essas práticas sociais, a prática profissional.

Neste sentido para uma prática profissional que dê conta das expressões da questão social numa sociedade com um modelo de dominação burguesa aristocrática, cuja atuação histórica estatal foi de produção e negação das desigualdades raciais,

² “O racismo é uma ideologia que busca dividir os indivíduos por raça, imputando-lhes um conjunto de estereótipos ligados a determinados atributos de acordo com o grupo racial ao qual pertence. Sob essa lógica, a raça não apenas identifica os membros do grupo, como também gera atributos que lhes são naturais em termos morais e intelectuais. No caso do branco e do negro, por exemplo, a ideologia racista engendra uma dicotomia no qual o primeiro detém boa índole, cultura superior, apressado ao trabalho e valores éticos e civilizatórios, enquanto o segundo detém má índole, cultura inferior (ou não cultura) e desprezo ao trabalho e aos valores éticos e civilizatórios. Nesse caso, forma-se uma representação social na qual os brancos seriam dotados dos predicados para governar e ter acesso as melhores profissões e postos de trabalho, com os negros reduzidos as condições mais subalternas e inferiores da sociedade.” (SOUZA, 2014, p. 4)

trazemos neste trabalho a importância da incorporação da temática racial na formação profissional do assistente social, como arcabouço necessário para uma prática profissional que promova relações sociais democráticas (ROCHA, 2011). Atuando em instituições responsáveis pela efetivação dos direitos sociais muitas vezes como agente privilegiado (SANTOS, 2008), esse desvelamento da realidade por parte do assistente social, quebrando a ideologia ainda dominante da democracia racial e da degeneração e inferioridade étnica é fundamental para uma prática profissional voltada para a concretização da cidadania. Principalmente se pensarmos a formação social brasileira culminou em uma democracia em que direitos são considerados privilégios (GUERRA, 2007) e os rebatimentos que o neoliberalismo e a crise de 2008 tiveram no fortalecimento de uma onda reacionária nesta sociedade (MENEGAT, 2016), o assistente social precisa estar instrumentalizado para atender a parcela da população mais afetada por essas dinâmicas sociais: a população negra.

Os dados demonstram como a pobreza ainda atinge de forma mais expressiva os negros (GUIMARÃES, 2002). O desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro propiciou uma dominação de classes que manteve a desigualdade do desenvolvimento da sociedade nacional, aprofundando, inclusive, “as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder” (IAMAMOTO, 2010, p. 132). E é sobre esta população que o serviço social historicamente intervém.

A questão racial estrutura as relações sociais, desde a dimensão subjetiva/pessoal dos sujeitos históricos (sentimentos e condutas), interpessoal (ações e omissões) e institucional (material e acesso ao poder), ou seja, se encontra espalhado por todos os níveis da vida social (WERNECK, 2016). Este é um grande desafio encontrado pelo profissional que busca intervir sobre a realidade social no intuito de promover a cidadania, seguindo o princípio de não discriminar nem ser discriminado, da equidade e da justiça social (CFESS, 1993). Nas palavras de Roseli Rocha,

A realidade sobre a qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, o que o leva, a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração, a refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para a uma intervenção profissional comprometida com o enfrentamento de todas as formas de opressão e discriminação. (ROCHA, 2011, p. 1)

Como resultado da luta das organizações e do movimento negro, avanços importantes foram conquistados para enfrentamento desta realidade, como a própria Constituição Cidadã, as políticas de ações afirmativas, a lei 10.639 de 2003 (BRASIL, 2003) – que torna obrigatório o ensino da cultura e história negra nos espaços educacionais - e, principalmente, o espalhamento do debate racial no cenário público

propiciado por estas políticas. Mesmo que como reação a estes movimentos e políticas públicas, a promoção do debate da questão racial na sociedade brasileira, quando direcionado pelos setores progressistas, contribui para a conscientização desta realidade racial.

Assim, embora ainda seja pouco abordada na formação profissional, bem como em pesquisas e produções da categoria a questão racial sempre esteve presente no interior das relações de produção e reprodução da vida social e, por consequência, no cotidiano profissional do assistente social. Nesta realidade de violações de direitos garantidos constitucionalmente, para uma intervenção crítica e alinhada aos princípios éticos de 1993 (CFESS, 1993), o assistente social deve ter um posicionamento político em sua intervenção, atuando junto à população usuárias das políticas sociais.

Diante disto, analisaremos nos próximos tópicos a relação entre a questão racial e a prática profissional do assistente social e como isto tem sido incorporado na formação acadêmica destas profissionais, bem como na produção intelectual da categoria frente as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

2.1 A questão racial na prática profissional

A promoção do debate acerca da questão racial atribui uma nova qualidade à prática profissional, possibilitando uma clareza teórica e política acerca da realidade nacional historicamente constituída e seus rebatimentos na condição de vida e nas expressões da questão social que assolam a população negra. A sociedade brasileira se constituiu historicamente de tal forma que a população negra tem sido a o segmento mais intensamente expropriado pelo sistema capitalista e pela dominação burguesa no país (ROCHA, 2011).

A classe trabalhadora brasileira é composta de diversas frações, sobre as quais os rebatimentos da questão social se apresentam de maneira igualmente diversa, como as camadas médias, o proletariado, o campesinato, o lumpemproletariado. Além dessa diversidade intraclasses e suas tensões, lamamoto (2001) traz uma importante reflexão acerca das expressões da questão social ao dizer que estas possuem determinantes vinculados as relações sociais de gênero, relações raciais, formações regionais e geracionais, que precisam ser levadas em consideração por uma profissão que se propõe a atuar em prol da promoção da cidadania segundo valores emancipatórios.

Diante desta complexa e contraditória realidade, torna-se imprescindível a incorporação de um arcabouço teórico e metodológico que permita ao assistente social o rompimento com práticas conservadoras, resultado de uma visão fatalista ou

messiânica da realidade social. E em relação à questão racial, fortemente mistificada pela ideologia da democracia racial e do racismo à brasileira, o desvelamento da realidade racializada é um grande desafio a ser encarado pelo profissional na sua prática profissional.

O avanço propiciado pela Constituição Cidadã na garantia de direitos sociais e na constituição de uma rede de proteção social representou mudanças significativas na vida da população brasileira em geral e da população negra em particular. Principalmente se analisarmos o padrão histórico da dominação burguesa neste país configurado enquanto uma economia dependente, a garantia de direitos básicos democráticos nesta Constituição representou um importante mecanismo de tensionamento em nossa luta de classes. Mas padrões históricos desta dominação de classes sobre características biológico-culturais demandam dos setores comprometidos com a construção de um novo projeto societário o avanço do debate sobre a questão racial nas relações sociais e nestas políticas sociais.

A reprodução das práticas racistas no interior das instituições responsáveis pela concretização das políticas sociais restringindo o acesso da população negra aos seus direitos sociais e, conseqüentemente, reproduzindo a trajetória histórica de restrição da cidadania a esta população, o também chamado por alguns autores e pelo movimento negro de racismo institucional (ROCHA, 2011; WERNECK, 2005), tornou-se um dos principais mecanismos de produção e reprodução dessas desigualdades raciais.

Inserido muitas vezes enquanto agente privilegiado dentro das instituições, o assistente social pode ter um importante papel no combate a este tipo de prática discriminatória. Como trabalhador assalariado, tem relativa autonomia na intervenção sobre o objeto de trabalho, mas necessita traçar estratégias para responder as demandas institucionais, as demandas trazidas pelos usuários e o projeto político da categoria profissional (SANTOS, 2008). E diante desta realidade de desigualdade racial, o profissional ético necessita se instrumentalizar do debate para intervir sobre as questões sociais e raciais, alinhado aos princípios norteadores da profissão presentes no Código de Ética de 1993: a liberdade, a defesa dos direitos humanos, a ampliação da cidadania, a equidade, a justiça social e combate a todas as formas de preconceito e discriminação (CFESS, 1993). Mas para isto, o profissional precisa enxergar a questão racial como um dos pilares da desigualdade social (MARQUES JUNIOR, 2013) e compreender o racismo como um instrumento de análise das iniquidades sociais que acometem a população (SOUZA, 2014).

Embora a implantação do modelo neoliberal no país tenha representado um grande desafio para a concretização do projeto ético-político profissional socialmente

referenciado e para a concretização dos direitos sociais segundo o preconizado na Constituição Cidadã, não podemos cair na perspectiva fatalista da realidade social, pois o processo de luta de classes não é monolítico. As políticas de ação afirmativa, por exemplo, permitiram que uma maior parcela da classe trabalhadora ingressasse na universidade, o que possibilitou a disputa por dentro dos espaços educacionais e dos espaços de poder seus interesses de classe. Possibilitou uma maior inserção do debate racial no espaço público, o que fomenta no interior das classes subalternas o desvelamento desta ideologia de dominação. Precisamos estar atentos a realidade concreta nos seus limites e possibilidades.

Se o processo social abre possibilidades para a ação profissional em cada conjuntura, as alternativas não se dão mecanicamente: são fruto da capacidade teórica e política dos profissionais de se apropriarem dessas possibilidades históricas e de traduzi-las em alternativas profissionais. (IAMAMOTO, 2011, p. 128)

Iamamoto (2011) também traz a reflexão da importância de buscar um discurso profissional que compreenda a diversidade intra-classe. A compreensão histórica da vida social supõe o entendimento do desenvolvimento de um modo de produção como o desenvolvimento das relações sociais e culturais. Isto é essencial para a atuação respeito os usuários enquanto sujeitos históricos, em uma sociedade marcada por mudanças conservadoras e revoluções passivas, uma democracia restrita. Reconhecendo os mecanismos de resistência da população negra que sobrevive mesmo após anos de políticas genocidas (NASCIMENTO, 1978), quebrando a visão destes enquanto sujeitos passivos (o que é facilmente desmentida pela história da luta de classes brasileira); compreendendo sua produção cultural como conhecimento e como forma de protesto em uma sociedade antidemocrática, além de, segundo Gramsci (2001), valorizar o conhecimento produzido por esta classe, pois por estarem diretamente envolvidos no processo de produção da vida material a classe trabalhadora possui condições objetivas para o conhecimento da realidade, pois, mesmo que estejam inseridos em um modo de produção alienante, todo trabalho (seja classificado como manual ou intelectual) exige uma atividade intelectual criadora.

A história da luta de classes brasileira tem sua gênese na luta do africano contra o sistema escravista, na luta das classes subalternas pretas, mestiças e brancas contra a dominação aristocrática burguesa e a dominação imperialista dos países centrais, da luta dos movimentos negros e populares pela garantia da cidadania total e, enfim, é uma história estruturada desde sua gênese pela questão racial. A ideologia racista tem uma funcionalidade central na dominação da classe trabalhadora brasileira.

Enquanto profissão que surge para atuar impositivamente sobre as classes trabalhadoras exatamente no período histórico em que se construía e consolidava as

teorias raciais e o mito da democracia racial, o serviço social, desde sua gênese, tinha uma prática permeada pela questão racial. Ao realizar as visitas domiciliares para controle e adequação do trabalhador, ao intervir através do trabalho de grupo e comunidade para disseminar a ideologia da paz social, ao individualizar a responsabilidade pelas desigualdades sociais, sobre que classe trabalhadora o assistente social atuava? Sobre que conflitos de classes se direcionava sua atuação? Marques Junior (2013) demonstra que embora a questão racial sempre estivesse presente na prática profissional, apenas recentemente, após o processo de ruptura, que este conceito é levado a discussão profissional.

2.2 A formação profissional e a questão racial

Vimos que para garantir uma prática profissional que vá de encontro com o posicionamento ético e político assumido pela profissão na década de 1990 é imprescindível a incorporação do debate racial pela categoria profissional. E diante disto fica a indagação: A que passos anda este debate no interior da profissão? Como ele tem sido inserido no processo de formação do serviço social? O que temos produzido a respeito? Não é parte da proposta deste trabalho analisar a qualidade da produção teórica pela profissão, mas elucidar os recursos teóricos disponíveis para nossa formação profissional. Claro que neste processo de formação bebemos de diversas fontes das Ciências Sociais, mas o que se tem produzido no interior da profissão demonstra a importância que tem se dado a esta temática e as reflexões desencadeadas pela categoria profissional.

Seguindo esta linha de inquietação, alguns importantes trabalhos têm sido elaborados para mapear a incorporação do debate racial pelo serviço social, pesquisas pioneiras e importantes instrumentos que nos capacitam avançar no debate e a traçar estratégias de atuação. Marques Junior (2013) faz um importante levantamento acerca da produção acadêmica da categoria sobre esta temática. Segundo o autor, que faz uma retrospectiva histórica sobre este debate na profissão, as primeiras teses voltadas a esta questão tem registro do ano de 1989, quando são apresentadas no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), um dos espaços de discussão e reflexões de maior visibilidade dentro da categoria.

O autor aponta este congresso como um marco na discussão racial pelo serviço social, quando setores da categoria profissional apresentam as primeiras teses deste sentido. Setores estes que estavam também articulados a mobilizações do movimento negro que neste período de redemocratização se inserem no cenário político contestando a lógica da democracia racial e reivindicando a cidadania total do negro,

mobilizações que desembocaram no reconhecimento estatal do racismo brasileiro. E isto, junto com as dinâmicas sociais da conjuntura de abertura política, contribuiu para a promoção do debate dentro da categoria. Foram apresentadas duas teses neste congresso: *A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora*, de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus e *O Serviço Social e os bastidores do racismo* de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Ana. Neste primeiro contato da categoria com a discussão, “ambas as teses consideravam que para entender a exploração de classe era necessário compreender a opressão racial e outras formas de tirania que atravessam a questão da classe” (MARQUES JUNIOR, 2013, p. 4).

No levantamento realizado, o autor demonstra como a incorporação da temática nas reflexões da categoria ocorreu com certa dificuldade e resistência. Nos congressos posteriores, quando o debate não era inexistente, aparecia de maneira minoritária. Muitas discussões que perpassavam a questão racial não incorporavam este debate, como, por exemplo, uma tese apresentada no congresso de 1992 *As Escolas de Samba enquanto Organizações Populares – Análise do seu potencial político-ideológico*, uma importante análise, mas que não considera essas associações recreativas em suas origens como parte das organizações negras de resistência do início do século XX. Discussão esta que já se fazia presente nos meios acadêmicos e militantes neste período histórico, mas que ainda não era apropriado pela categoria.

Em 1995, mesmo ano em que as mobilizações do movimento negro pressionam o Estado brasileiro a reconhecer o racismo no país, é criado o eixo temático acerca da questão racial no CBAS. Apenas a título ilustrativo, das 205 teses apresentadas neste congresso, 3 abordavam a questão racial. E isto em um contexto político de racialização dos debates na sociedade brasileira. Mas foram tecidas importantes reflexões neste congresso, como a dificuldade da incorporação do debate das relações de gênero e raciais na profissão, embora a primeira tenha encontrado mais espaço que a segunda – por conta também do perfil hegemônico da categoria em relação ao recorte de gênero. É levantada também a influência do arcabouço teórico para a intervenção profissional, pois a classe trabalhadora não é homogênea e as relações de opressão estruturam as relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira.

Vale ressaltar uma reflexão elaborada por Elisabeth Aparecida Pinto na tese apresentada neste congresso *O Serviço Social e a Questão Étnico/Racial: um estudo de sua relação com usuários negros*, onde, dentre outras reflexões, aponta em

[...] pesquisa empreendida sobre o serviço social e sua relação com a clientela negra, donde se conclui que em diversos momentos de sua atuação profissional o assistente social reitera práticas racistas, ademais segundo a

autora a percepção da profissão sobre essa questão vai sendo balizada por uma visão ancorada no mito da democracia racial, ou da simples culpabilização do negro a respeito do racismo ou ainda no reducionismo de que a questão de classe resolve por si só. (MARQUES JUNIOR, 2013, p. 6)

No IX CBAS, em 1998, as apresentações de trabalho passam a ocorrer também na modalidade comunicação oral e não apenas apresentação de teses. Entre os dois trabalhos sobre a temática dentre os 91 apresentados, gostaria de ressaltar a importância do trabalho de Suely Regina Boulos, *Hipertensão: uma doença étnica e social*, pioneiro na abordagem da questão racial como um determinante social em saúde na categoria.

Em 2001, ano da 3ª Conferência Internacional contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas – O Congresso de Dublin, que mobilizou um intenso debate político pelo movimento negro brasileiro desde o final do século XX (MARQUES JUNIOR, 2017) - o X CBAS teve a presença de três trabalhos na modalidade comunicação oral entre os 559 e nenhuma apresentação de pôster entre os 187 (MARQUES JUNIOR, 2013). Se pensarmos no debate da Iamamoto (2011) acerca da importância do acompanhamento das dinâmicas das classes sociais conjuntamente para uma prática profissional crítica, este dado torna-se preocupante. E no XI CBAS foram apresentados nove trabalhos, entre os 988.

Embora haja uma constância nos trabalhos acerca da temática nas duas últimas décadas do século XX pela profissão, o autor aponta que neste mesmo recorte temporal não houve nenhuma produção sobre a temática na Revista Serviço Social e Sociedade, uma produção de importante circulação para esta categoria profissional e que possibilita o espraiamento do debate para os profissionais que não estão presentes nesses congressos. Mas com o recorte da primeira década do século XXI até o ano de 2006 dois artigos foram publicados: o primeiro em 2004 *As abordagens étnico-raciais no Serviço Social* de Matilde Ribeiro, e o segundo em 2005, *A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente*, de Sarita Amaro. Na revista Temporalis um artigo foi publicado acerca da questão racial até o ano de 2008. Esta publicação ocorreu na Temporalis de número 5, em 2003, com o título *A Discussão Ética das Ações Afirmativas: problematizando o Princípio da Igualdade* da autoria de Miriam Oliveira Inácio (FILHO, 2008).

Em relação à produção de livros, até o ano de 2006 foi identificado por Marques Junior (2013) um único livro, *O serviço social e a questão étnico-racial*, de Elisabete Aparecida Pinto, que, segundo o autor, tece uma importante reflexão desta temática na categoria, em sua dimensão teórica e técnica. Mas em relação ao exercício profissional,

a autora tece importantes denúncias sobre práticas antiéticas na profissão, utilizando como exemplo uma assistente social que em 1992 reivindica o direito de ser racista.

Uma autora que contribui de forma significativa neste mapeamento é Roseli Rocha (2011), que realiza uma pesquisa em seu trabalho de conclusão de curso de graduação acerca da produção sobre a temática racial nos trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal Fluminense (UFF), no curso de serviço social. Realizando um recorte temporal do ano da fundação do curso na década de 1940 a 1995, autora encontrou como resultado apenas um trabalho (ROCHA, 2011). Complementando esta pesquisa realizada pela Dr.^a Roseli Rocha nos trabalhos de conclusão do curso de serviço social da UFF com um recorte até o ano de 2002, Filho (2008) identificou seis trabalhos sobre a temática, dentre os 1237 existentes.

De acordo com a autora (ROCHA, 2011), a pouca reflexão sobre a temática na formação profissional e nas pesquisas desenvolvidas repercute no exercício profissional. Isto vai de encontro com a necessidade da qualificação teórica e política do assistente social para dar conta de desvelar a realidade em sua imediatez e aparência, para não cair em uma prática conservadora da ordem. E junto a isto a dimensão investigativa pela pesquisa tem um papel central para realizar a articulação do arcabouço teórico com as particularidades que se apresentam no cotidiano profissional.

Levantamos alguns exemplos para elucidar o perfil de produção acadêmica da categoria sobre o debate racial que, embora se mantenha constante, ainda representa uma parcela minoritária das discussões. E diante disto, aliado a toda reflexão proposta neste trabalho acerca da prática profissional e sua relação com a questão racial, gostaríamos de finalizá-lo com a inquietação compartilhada por Marques Junior (2013, p. 9) “Se a intervenção do assistente social fica cada vez mais qualificada na medida em que o mesmo conhece a realidade em que está inserido, o que ocorre quando um eixo que estrutura a nossa vida social é praticamente ignorado?”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões da questão social, objeto de atuação profissional do serviço social, são perpassadas pelas formações nacionais, pelas relações de poder no interior das relações sociais e pelas formações regionais, o que representa diferentes determinações da realidade social em que o assistente social deve dar conta para uma prática profissional socialmente referenciada, tal qual preconizada no Código de Ética de 1993 (CFESS, 1993).

Por estar inserido nessas relações sociais de produção e reprodução da vida social o profissional do serviço social tende a, pelo próprio caráter imediatista, heterogêneo e superficial do cotidiano profissional (NETTO, 2007), reproduzir práticas sociais presentes na sociedade, que não necessariamente representam valores progressistas. Principalmente se pensarmos que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante (MARX, 1999), visões preconceituosas podem e são reproduzidas no cotidiano. Assim, a prática cotidiana tende a ser pragmática se não embasada por uma reflexão crítica, superando essas barreiras do cotidiano e trazendo o singular para o particular e a totalidade da vida social.

Práticas racistas se fizeram presentes desde a gênese do serviço social, seja por resposta a demandas institucionais e da classe dominante para controle da classe trabalhadora, ou da reprodução da ideologia dominante, pois “a ideologia racial predominante no Brasil é, naturalmente, parte essencial da ideologia da classe dominante” (IANNI, 2004, p. 266). A partir do momento em que esta categoria profissional no processo de intenção de ruptura se posiciona politicamente ao lado da classe trabalhadora comprometendo-se a uma atuação socialmente referenciada aos interesses desta classe, a quebra com práticas racistas e o combate às desigualdades raciais torna-se uma questão ética e política. Para responder as demandas da classe trabalhadora é preciso conhecer sua realidade concreta.

Para Netto (2007) uma intervenção crítica no cotidiano profissional não decorre automaticamente do posicionamento político da categoria ao lado da classe trabalhadora, mas da incorporação de um arsenal teórico-metodológico que nos capacite a esta prática social. No contrário, esbarramos em uma perspectiva fatalista ou messiânica, como também abordou Iamamoto (2011) acerca da prática profissional. E mesmo estando capacitados teórica e politicamente, é necessário constantemente realizar uma crítica da vida cotidiana (NETTO, 2007), através de instrumentos e técnicas profissionais, como a sistematização e a pesquisa, retroalimentando a conexão entre o concreto e o pensado.

Em uma estrutura de classes com um forte marcador racial que se alia a superexploração de um capitalismo inserido periféricamente na divisão internacional do trabalho, a promoção da cidadania e a luta pela implementação dos direitos sociais garantidos constitucionalmente torna-se uma importante frente de luta, seja no interior do aparelho do Estado ou nas ruas. Mas essa atuação progressista só se faz possível pela análise crítica da realidade social, para, a partir disto, sermos capazes de traduzir as possibilidades históricas em alternativas profissionais (IAMAMOTO, 2011).

Avanços consideráveis foram alcançados na incorporação e produção acadêmica sobre esta temática na categoria desde o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1989, mas esta ainda é minoritária frente a uma realidade em que as contradições das expressões da questão social rebatem de maneira intensificada sobre a população negra. A realidade concreta demanda da categoria profissional do serviço social uma atuação mais qualificada sobre a questão racial, essencial para a compreensão da condição de vida da população negra brasileira (SOUZA, 2014). Precisamos ainda superar a perspectiva de que as questões que acometem a população negra se limitam e podem ser explicados apenas pelo debate da classe, pois “[...] o preconceito racial não se confunde com o de classe. Se confundisse, não teríamos as atitudes e comportamento discriminatório entre indivíduos pertencentes à mesma classe” (IANNI, 2004, p.66).

Promover a incorporação deste debate no interior da categoria instrumentaliza estes profissionais para uma atuação de combate as desigualdades dentro das políticas sociais – o racismo institucional -, para atuação nas políticas de ação afirmativas, para a implementação da Lei 10.639 nas instituições sociais e na própria formação do assistente social, para a articulação com os movimentos negros e populares na construção destas políticas – seja políticas sociais ou de ação afirmativa -, e enfim, para a consolidação de um projeto profissional que busque contribuir na construção de um novo projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARO, S. A questão racial na Assistência Social: Um debate emergente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 81, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Brasília, 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.

Acessado em: 01 dez. 2017.

CFESS. **Código de Ética profissional do Assistente Social/1993 e Lei 8.662/1993**. Brasília, 1993.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936-1947). Dissertação – Mestrado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2010.

FILHO, José Barbosa da Silva. **O negro e o curso de Serviço Social da UFF**. Revista África e Africanidades, Quissamã, ano 1, n. 2, ago. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: 34, 2002.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n.10, p. 12-45, 2004.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 91, 2007.

HASENBALG, Carlos Alfredo; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Coleção dois pontos. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES JUNIOR, J. S. Questão racial e Serviço Social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2013.

_____. Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social. **O Social em Questão**, ano 20, n. 37, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MOURA, Clovis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 34. ed. ago-out, 1994. Disponível em:
<https://www.dropbox.com/s/78q2kt8n8anz9ww/O_racismo_como_arma_ideologica_e_dominacao_Clovis_Moura_.pdf?dl=0>. Acessado em: 2 abr. 2017.

MENEGAT, Marildo. **O fim da gestão da barbárie**. Disponível em:
<<https://arlindenor.com/2016/01/06/o-fim-da-gestao-da-barbarie-marildo-menegat/>>. Acessado em: 20 out. 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do povo negro: Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: BRANT, M. Do C. B. De; NETTO, J. P. (orgs). Cotidiano: conhecimento e crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAIXÃO, M.; ROSSETO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M (Orgs). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010**: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Instituto de Economia – UFRJ. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Questão Étnico-racial e sua relevância no processo de formação em Serviço Social**. In: CONGRESSO LUSO ABRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES)IGUALDADES, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Mário Luiz de. Racismo como instrumento epistemológico e político para o entendimento da situação da população negra na sociedade brasileira. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 06-19, nov. 2013/fev. 2014.

WERNECK, Jurema. Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: BRASIL. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.

_____. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016.